Ano VII - Nº 16 - julho/2022

UM OLHAR

UMA PUBLICAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL

ASAMBLEA ECLESIAL

DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

CNLB

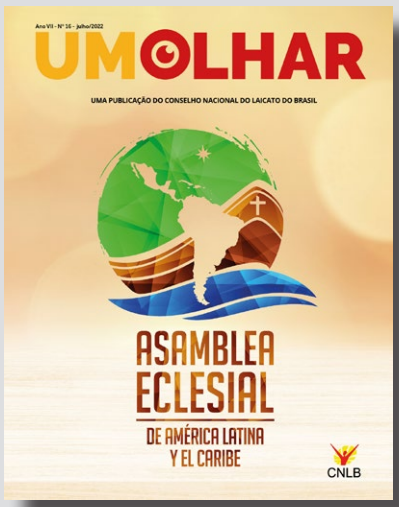
CNLB

UM OLHAR

UMA PUBLICAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL

"Um olhar" é uma publicação do
CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL (C N L B)

Os textos aqui publicados correspondem à reflexão feita por seus autores e autoras, dentro das expectativas e objetivos deste número.



CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL - C N L B

Presidência 2019-2022
Presidente: Sônia Gomes de Oliveira
Vice-presidente: Rejane Teixeira Gaia
Secretário: Márcio José de Oliveira
Secretária adjunta: Maria Aurenir da S. Paiva
Tesoureiro: Luiz Everaldo Bertholo
Tesoureiro adjunto: Carlos de Oliveira Silva

Conselho Nacional do Laicato do Brasil - CNLB/ Um Olhar. Brasília, 2022

Fotos: direito publicado de mídias sociais e do CNLB
Edições 2022
40 p. 21 x 29,7
ISSN 2526-6624

Responsável: Conselho Nacional do Laicato do Brasil
SGAN 905 – conjunto C – Asa Norte – 700790-050 – Brasília – DF
Email: secretaria.cnlb@gmail.com
cnlb.org.br

CNLB

SUMÁRIO

06 **SINODALIDADE: DESAFIOS PARA O CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL**
Márcio José de Oliveira

08 **ASSEMBLEIA ECLESIAL: UM OLHAR, DIFERENTES FOCOS.**
Leci Conceição do Nascimento

11 **A JUVENTUDE NA ASSEMBLEIA ECLESIAL LATINO-AMERICANA E CARIBENHA**
João Paulo Angeli

14 **ASSEMBLEIA ECLESIAL NA ÓTICA DAS MULHERES**
Marlise Ritter

17 **O CLAMOR DOS POVOS MARGINALIZADOS UM AGIR PASTORAL**
Alessandra Miranda

20 **ASSEMBLEIA ECLESIAL: UM OLHAR DESDE A CEB**
Pedro A. Ribeiro de Oliveira

22 **A ASSEMBLEIA ECLESIAL SOB O OLHAR DOS CARISMAS E MINISTÉRIOS**
Laudelino Augusto dos Santos Azevedo

24 **EM BUSCA DA SINODALIDADE ECONÔMICA**
Eduardo Brasileiro

27 **IMPLEMENTAR UMA CULTURA ECLESIAL MARCADAMENTE LAICAL**
Agenor Brighenti

30 **"IGREJA EM SAÍDA PARA AS PERIFERIAS"**
Francisco de Aquino Júnior

34 **ASSEMBLEIA ECLESIAL: UM OLHAR PROFÉTICO QUE NOS FAZ VER MAIS LONGE**
Denilson Mariano da Silva

37 **EXPERIÊNCIA DO CNLB NO PROCESSO DA ASSEMBLEIA ECLESIAL**
Sônia Gomes de Oliveira

ASAMBLEA ECLESIAL
DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

APRESENTAÇÃO

A 1ª Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe nos convidou a viver um clima de transbordamento do Espírito Santo, um tempo importante para a Igreja do continente, que nos inspirou a retomar uma reflexão mais aprofundada do Documento de Aparecida e lançar um novo olhar para a nossa missão de discípulos missionário. O refrão que embalou os participantes foi: "***todos somos discípulos missionários em saída***".

A partir do aprendizado vivido na 1ª Assembleia Eclesial, apresentamos a 16ª edição da Revista **"UM OLHAR"**, uma publicação do Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB.

Esta edição enfoca a importância da Assembleia Eclesial para a caminhada da Igreja no Brasil e na América Latina. Além disto, os artigos apontam desafios que foram percebidos pelos participantes durante sua realização e como nós, Cristãos Leigos e Leigas, podemos nos comprometer para levar adiante a missão assumida por Jesus e ser a Igreja em Saída que Ele nos convoca hoje, por meio do Papa Francisco.

Por isto colocamos em suas mãos treze contribuições que precisam ser pautadas em nossa Igreja do Brasil. São contribuições que irão nos ajudar no discernimento de nossa caminhada e continuar buscando caminhos para que todos sejamos realmente Discípulos Missionários em Saída e fazer acontecer o transbordamento tão falado durante a Assembleia. Aproveitem bem cada artigo e o que cada um e cada uma trouxe a partir de sua experiência vivenciada em todo o processo de realização da 1ª Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe.

Que a esperança e o entusiasmo do anúncio possa continuar nos animando neste tempo. Sejamos como as mulheres que anunciaram o Ressuscitado e possamos contagiar outros cristãos e cristãs com o nosso testemunho profético. Que possamos atender o convite do Papa Francisco para uma Igreja Sinodal de caminhar juntos. As periferias precisam de nosso testemunho e de nossa presença, então estejamos atentos para escutar os gritos e nos perguntar o que estamos fazendo de concreto para denunciar as situações de sofrimento.

Que a Mãe Aparecida nos guarde e nos proteja hoje e sempre.

Sônia Gomes Oliveira
Presidente do CNLB

SINODALIDADE: DESAFIOS PARA O CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL

Márcio José de Oliveira*

Sinodalidade e missão se estabelecem hoje como duas exigências prioritárias para que a Igreja no Brasil responda aos sinais dos tempos e cumpra assim sua missão profética em defesa da vida plena, legada pelo Senhor (cf. Jo 10,10).

O caminho esperado por Deus

Essas duas dimensões – **Missão** e **Sinodalidade** – são inerentes à natureza da Igreja e a constituem desde sempre, estando em perfeita comunhão e complementando-se uma à outra. Nos últimos tempos, porém, se atualizaram no Pontificado de Francisco e se converteram no único itinerário possível para o catolicismo: "*O caminho da Sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio*" (Papa Francisco).

A **Missão** nos impele a um movimento rumo às periferias, pois são os periféricos os preferidos de Deus e os interlocutores prioritários de nossa ação: "É por isso que a escolha de Belém e Nazaré nos diz que a periferia e a marginalidade são prediletas a Deus. Jesus não nasceu em Jerusalém com toda a corte [...]. *Não levar esta realidade a sério equivale a não levar a sério o Evangelho e a obra de Deus, que continua a manifestar-se nas periferias geográficas e existenciais.* (Papa Francisco, Audiência Geral de 17/11/2021). Não podemos ficar parados, pois esse trajeto de Jesus nos soa continuamente como mandato, reconhecer a centralidade das periferias – existenciais e geográficas.

Já o conceito de **Sinodalidade** precisa ser entendido a partir da novidade (atualização) trazida pelo Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). A Sinodalidade é a caminhada dos iguais, chamados a serviços diferentes, em comunhão entre si, a serviço do Povo de Deus e da Criação. Entre tantas definições possíveis, esta se destaca por derivar de forma direta da eclesiologia conciliar. Ao emergir da fonte batismal, nos constituímos Igreja = Povo de Deus, iguais em dignidade, nos diferenciando apenas pelos dons e ministérios que Deus gra-

"O caminho da Sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio"

tuitamente distribui para o serviço aos irmãos (cf. Mt 20,20-28).

Na prática, a Sinodalidade indica que as relações de poder e subordinação precisam se transformar em relações de serviço e comunhão, respeitando a autonomia dos diversos sujeitos eclesiais que compõem o tecido eclesial: cristãos leigos e leigas, ministros ordenados, religiosos e religiosas... todos são chamados, pelo batismo, à missão, cada qual com sua função e nenhuma prescindível, conforme ensina Paulo em sua metáfora do corpo (Rm 12,4-6a;1Cor 12,12-26; Ef4,1-6; Cl 2,19).

Por onde devemos ir

É neste contexto que a 40ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Nacional do Laicato do Brasil, em junho de 2022, trará para dentro do CNLB esse olhar voltado para o caminho sinodal, inspirados pelo lema "***Sinodalidade e Missão: cristãos leigos e leigas em saída para as periferias***" e iluminados pelo texto bíblico "***O caminho é este, é por aqui que vocês devem ir***" (Is 30,21).

Constituímo-nos, cristãos leigos e leigas, a maior parcela do Povo de Deus e temos uma contribuição fundamental e imprescindível a dar no presente debate. É preciso ouvir o que o laicato tem a dizer e deixá-lo falar sem medo. Três pontos valem destaque nessa reflexão:

1

Valorizar nossa missão privilegiada.

Em função da condição própria do laicato, estamos inseridos, de forma mais plena, na sociedade: mundo do trabalho, educação, cultura, comunicação, políticas públicas, economia... Por isso somos chamados a transfigurar a partir de dentro as estruturas sociais, aperfeiçoando a ordem temporal, cabendo a nós a tarefa privilegiada de sermos os artífices de *um outro mundo possível*, a *Civilização do Amor.*

2

A necessária (e urgente) superação do clericalismo.

Não sem motivo o Papa Francisco insiste desde a primeira hora de seu ministério na denúncia de como o clericalismo fere a comunhão da Igreja. Não há Sinodalidade numa Igreja clericalista, pois isso infantiliza e subordina os sujeitos eclesiais, sendo o oposto da necessária autonomia.

3

O fortalecimento do CNLB como condição de uma Igreja sinodal.

O Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB) é o Organismo do Povo de Deus da Igreja no Brasil que tem a missão de articular e representar o laicato católico do país, constituindo-se como espaço privilegiado de formação e capacitação, refletindo sobre a vocação, missão e identidade próprias do cristão leigo e leiga. Na prática, o Organismo forte e representativo é fundamental para ocupar as diversas instâncias diretivas da Igreja, potencializando a contribuição que, por direito e dever, devemos dar.

---

* Secretário Geral do Conselho Nacional do Laicato do Brasil. Servidor Público da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Graduado em Gestão Ambiental e pós-graduado em Gestão de Projetos.

ASSEMBLEIA ECLESIAL: UM OLHAR, DIFERENTES FOCOS.

Leci Conceição do Nascimento*

Momento histórico e de muitas graças

Gratidão, alegria e esperança são os sentimentos por ter participado da 1ª Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe. Foi realmente uma iluminação divina do Papa Francisco propor ao CELAM a realização desta Assembleia Eclesial num processo de sinodalidade. Momento histórico e de muitas graças para a Igreja. Os tempos atuais pedem criatividade e ousadia, e assim aconteceu a Assembleia. Realizada de forma híbrida, reuniram-se aproximadamente mil assembleístas de forma virtual e cem de forma presencial.

Um grande desafio, mas também a demonstração da força da tecnologia e a sua importância quando usada para o bem. Participaram bispos, sacerdotes, diáconos, leigos(as), outras religiões, religiosos(as). A pessoa mais jovem tinha 17 anos, da Pastoral Juvenil do Equador, e a mais idosa, 87 anos, do Instituto Secular da Colômbia. Entre os cristãos leigos(as), a participação maior foi a das mulheres, que, infelizmente, constituem minoria quando se trata de espaços de coordenação e decisão. Vale ressaltar o papel do CNLB na preparação para a Assembleia: os encontros realizados, as contribuições, a partilha de textos e vídeos advindos dos grupos de *WhatsApp* formados pela delegação brasileira ao longo da Assembleia. Uma riqueza e um bonito espírito sinodal.

O importante era estar juntos, cada um com sua capacidade e dom, contribuindo para a realização desta 1ª Assembleia Eclesial Latino-americana e Caribenha. Um grande *Kairós,* um tempo de graça que exigiu paciência, resistência, resiliência, escuta, diálogo, discernimento, percepção de limites e principalmente um grande aprendizado de sinodalidade.

Novas perspectivas se abrem

Não há dúvida quanto à importância desta 1ª Assembleia Eclesial para a caminhada da Igreja da América Latina e do Caribe e as perspectivas que se abrem a partir dela e dos muitos ecos que ressoaram: combater as estruturas de morte, promover a vida e o bem comum, respeitar as diferenças, valorizar e reconhecer o protagonismo dos leigos(as), em especial da juventude na Igreja e na sociedade, combater o clericalismo, fortalecer as CEBs, ajudar a perceber a necessidade de uma conversão interior que transborde e transforme realidades, buscar transformar as injustiças a

É preciso retornar às bases, que em alguns locais o chão é fértil, basta semear, e em outros é necessário adubar ou ainda conhecer o terreno, mas em todos semear.

partir do engajamento social e da solidariedade com os pequenos, a opção pelos pobres, pelos excluídos, por quem está à margem da sociedade, a defesa do meio ambiente, o cuidado com a casa comum, a vida ameaçada dos(as) trabalhadores(as), o direito e a justiça, a defesa dos povos originários, afrodescendentes, quilombolas, suas culturas, suas terras e lutas, o fortalecimento dos vários carismas e ministérios que ajudam na construção de uma igreja sinodal, a presença mais forte da mulher nas várias instâncias de decisão, defender os direitos humanos, participar dos debates e lutas por políticas públicas eficazes, estar atentos aos que sofrem com as diversas violências.

Percebeu-se, também, que ainda não é prioridade a formação para o laicato que ajude a gerar compromisso e interação entre fé e vida, consciência de Igreja Povo de Deus. Outra percepção: é urgente a missão de encorajar os cansados e suscitar esperança nos corações dos angustiados, iluminar as trevas do mundo e temperar a existência com a alegria cristã e o amor fraterno. Ser sal e luz! Ser uma Igreja em saída, como convoca o Papa Francisco.

Foram riquíssimas as conversas, os trabalhos em grupos e as reflexões apresentadas. Destacam-se a contribuição do documento de escuta e discernimento, os testemunhos diários, o material produzido pela equipe de sistematização, a organização como um todo. Tirou-se, ao final, 12 desafios prioritários a serem trabalhados pela Igreja da América Latina e do Caribe. Percebe-se que há muito a avançar, e isto é bom, porque cada tempo tem suas próprias necessidades. Concluiu-se que é preciso retornar às bases, que em alguns locais o chão é fértil, basta semear, e em outros é necessário adubar ou ainda conhecer o terreno, mas em todos semear.

Uma Igreja de discípulos missionários em saída

As bandeiras de luta defendidas atualmente pelos movimentos sociais, o Pacto pela vida e pelo Brasil, a 6ª Semana Social Brasileira, a Carta da Terra e muitas outras iniciativas que ajudam a promover a dignidade da pessoa humana exigem serem assumidas de fato por todos os cristãos(ãs) que acreditam no Cristo que liberta. Precisa-se conhecer mais profundamente o Documento de Aparecida e colocar em prática suas indicações, motivar a juventude, reencantar os cristãos leigos(as), insistir na formação, na escuta, na sinodalidade para que seja verdadeiramente uma Igreja Povo de Deus, lugar de comunhão e participação. Uma Igreja de discípulos missionários em saída, que se faz presente nas dores do Povo.

Enfim, a 1ª Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe nos deu uma oportunidade de discutir e ajudar a repensar a proposta de evangelização deste amado continente latino-americano e caribenho. Saímos mais fortalecidos e animados a vivermos um tempo de esperança, de ressurreição, de caminharmos juntos. Um tempo de semeadura.

* Presidente do CNLB Regional Leste II

A JUVENTUDE NA ASSEMBLEIA ECLESIAL LATINO-AMERICANA E CARIBENHA

João Paulo Angeli *

A Assembleia Eclesial eclodiu como um novo *Kairós* em nossa América Latina e Caribe, lançando uma abertura nunca vista, uma novidade de fato para nossa Igreja. O que se construiu foi um processo pedagógico por excelência, para nos educar sobre o que de fato é sinodalidade e reaprender o que está na origem do cristianismo: um caminhar comum onde todos têm vez e voz.

Entretanto, vale ressaltar que a Assembleia Eclesial necessita de um tempo de maturação. Aliás, não só a Assembleia Eclesial Latino Americana e Caribenha, mas todo o movimento sinodal que tanto reforça o Papa Francisco; sem a devida reflexão do processo, corremos o risco de buscar o imediatismo de drásticas mudanças, desconsiderando que com certeza levarão tempo para se concretizarem.

Frente ao exposto , precisamos compreender que não cabem romantizações sobre a Assembleia e, inclusive, há vários pontos a questionar. Os jovens reunidos sentiram muito bem isso, debateram e fizeram uma bonita carta que expõe seus sentimentos em relação à Assembleia, sobre os quais quero discorrer nesse texto.

Reflexos da carta da juventude

O que primeiro merece atenção é a ausência de uma análise de conjuntura continental, sem a qual o olhar sobre as realidades do povo latino-americano, e em especial das juventudes, ficou comprometido, impedindo que todos os membros da Assembleia pudessem de fato refletir sobre as "luzes e sombras" que vivemos como jovens em nosso dia a dia e, em particular, no contexto de pandemia que atravessamos, o que agravou ainda mais o desemprego, a pobreza, a migração, a violência e a falta de acesso dos jovens à educação.

É de suma importância relembrar que as juventudes da Assembleia questionaram ainda os números de participantes jovens, pois, dos mais de 1000 assembleístas, apenas 82 tinham menos de 35 anos. Isso, claro, fazendo o esforço de elevar a faixa etária juvenil de 29 para 35 anos. Aqui não se discute só a questão etária, mas também o conflito geracional. Na carta dos jovens percebemos claramente essas ponderações: "Notamos que muitos adultos querem liderar e não nos deixam sonhar"; "Falta uma maior ação juvenil, faltou envolvimento nos espaços de planejamento e tomada de decisão dessa Assembleia, bem como algumas reflexões a partir da perspectiva da juventude".

Os jovens ousaram sonhos e reflexões belíssimas e afirmam com profetismo que "Não há conversão pastoral sem pensar no trabalho intensivo com os jovens". A juventude vem sendo tema fundamental das Conferências Episcopais desde Puebla (1979), entretanto, na Assembleia Eclesial essa reflexão perdeu espaço, evidenciando a ausência de um trabalho pastoral coerente com a realidade das juventudes. O Papa Francisco, ao convocar o Sínodo da Juventude (2016-2018), compreendeu muito bem isso. Entretanto, a aplicação de efetivas mudanças no acompanhamento juvenil e o verdadeiro protagonismo eclesial dos jovens não existe em nossas igrejas particulares.

> Não há conversão pastoral sem pensar no trabalho intensivo com os jovens".

Muito embora a juventude tenha aparecido como primeiro item dos "Desafios Pastorais", afirmando ser necessário "reconhecer e valorizar o papel dos jovens na comunidade eclesial e na sociedade como agentes de transformação", compreendemos que o debate sobre as juventudes foi ínfimo. É preciso que as Juventudes sejam eixo de reflexão e ação transversal em toda a construção eclesial, levando em consideração os aspectos biológicos, psicológicos, sociais, culturais, políticos e econômicos.

Clamores dos jovens

Diante destas reflexões, toca-me incluir neste texto o que eu chamo de "clamores dos jovens" e elenco abaixo como reivindicações maduras e conscientes da necessária mudança eclesial a ser vivida.

- Abordar com maior seriedade o acolhimento e acompanhamento da população LGBTQIA+, que são também evangelho vivo de Jesus;
- Maior aproximação e valorização dos povos originários e os afrodescendentes em suas diversas formas de viver o Evangelho, pois eles são uma parte importante da história de nossa Igreja;
- Dar vida à nossa opção preferencial pelos pobres e marginalizados, o que implica também o reconhecimento dos migrantes e refugiados;
- Promover os princípios da Economia de Francisco e Clara, colocando as finanças a serviço do bem comum;
- Enfrentar e responder corajosamente às realidades de exclusão social, violência (doméstica, contra mulheres/homens, etc.), xenofobia, desemprego, desigualdade social e desenraizamento cultural;
- Denunciar e lidar eficazmente com situações de abuso (sexual, consciência e poder) na Igreja e dar acompanhamento e reparação às vítimas;
- Priorizar um verdadeiro acompanhamento da Igreja às juventudes na esfera espiritual e vocacional, criando espaços de acolhimento para todos os jovens. Este acompanhamento inclui um autêntico diálogo intergeracional, intercultural e inter-religioso;
- Incorporar as vozes dos leigos, jovens e mulheres leigas dentro das estruturas de decisão de nossa Igreja;
- Incluir a Pastoral Familiar, dos Adolescentes e Crianças em processos eclesiais como este;
- Integrar uma pedagogia que reconheça cada rosto e cada coração, baseada no Kerigma e na mistagogia;
- Propiciar formação relativa à educação sexual, afetividade e inteligência emocional, que forneça uma base para o cuidado da vida;
- Atender ao chamado urgente de nossa Casa Comum, promovendo um desenvolvimento em harmonia com a natureza, colocando em ação a Laudato Si' como linha transversal nas atividades e planejamento de nossa Igreja;
- Ter uma voz clara diante das realidades que afetam a vida de nossos povos;
- Insistir com as Conferências Episcopais para que coloquem em prática o que foi proposto pelo Papa Francisco nas últimas encíclicas, especialmente Christus Vivit e Fratelli Tutti.

Imagino que, ao lê-las, alguns possam indagar sobre o quão generalistas são essas propostas. Talvez pensem que não foi falado diretamente sobre os jovens, entretanto, é preciso entender que as juventudes estão transversalmente presentes em cada um desses temas. A necessidade da acolhida, o cuidado com a Casa Comum, tudo é parte de nossas vivências sociais e eclesiais.

Coração e mentes abertos ao Espírito

Por último, como forma de conclusão, quero refletir sobre a caminhada eclesial. É um bonito processo que deve ser percorrido com o coração e mente abertos à ação do Espírito Santo. Mas, acima de tudo, é preciso compromisso com o Evangelho de Jesus de Nazaré, exercendo o discipulado a favor dos que mais sofrem as duras realidades de nosso continente. A Opção pelos Pobres e pela Juventude não deve deixar de guiar os nossos passos como Igreja, para que saibamos respeitar os diversos rostos que compõem nossa América Latina e Caribe.

A História desse continente é marcada por sofrimentos, mas também por muitas lutas pelos ideais de liberdade e mudanças, e a Igreja continuará estampada como um povo caminheiro em busca contínua pela Civilização do Amor. Estamos a anos-luz dos avanços que tão utopicamente pensamos, mas a um passo do começo! Ousemos!

* Chefe de Gabinete e Secretário Interino de Planejamento e Assuntos Estratégicos do Município de Santa Teresa/ES. Atua como Socioambientalista, Jovem Líder da Carta da Terra Internacional, Educador Ambiental e Coordenador da Comissão de Juventude do CNLB.

ASSEMBLEIA ECLESIAL NA ÓTICA DAS MULHERES

Marlise Ritter*

A 1ª Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe aconteceu de 21 a 28/11/2021, em Guadalupe, no México, organizada e realizada de firma *online* pelo CELAM – Conferência do Episcopado Latino-Americano. Contou com a participação de 1.036 pessoas. Um grupo de mais de cem pessoas estava presente no México, os demais participaram das atividades de forma remota, tornando-se assim uma única Assembleia.. Chama atenção que houve a participação de 64% de homens e apenas 36% de mulheres. O que isto sinaliza, tendo presente que o objetivo desta 1ª Assembleia Eclesial é a sinodalidade?

Protagonistas na sociedade e na Igreja

Nas muitas contribuições para o processo de escuta, foi dada ênfase na necessidade de reconhecer as mulheres como protagonistas na sociedade e, especialmente, na Igreja e incluí-las muito mais nas instâncias de discernimento e decisão, ou seja, nas instâncias de governo da Igreja em diferentes níveis, local, regional, bem como na Igreja universal. No entanto, parece que tudo isso ainda está um pouco distante de nossa realidade. A pergunta é: como podemos impulsionar a participação ativa das mulheres nos ministérios, nas instâncias de governo, discernimento e decisão eclesial?

O Papa Francisco acompanha com interesse a caminhada da Igreja. Quando os Bispos da América Latina lhe pediram uma VI Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, o Papa, sabiamente, incentivou a Primeira Assembleia Eclesial Latino-americana e Caribenha e convidou mulheres e homens, todo o Povo de Deus, para contribuir com novas ideias e ações na intenção de recuperar a proposta do Concílio Vaticano II. Entre as questões está a missão das mulheres, pois a estrutura clericalista, sacramentalista e segregada continua vigorando.

Diante disso, nós mulheres temos não só o direito, mas o dever de nos envolver e contribuir para transformar esta realidade. Unindo nossas forças de mobilização para realizar o Projeto de Deus para a humanidade, podemos garantir o espaço que não é só nosso, das mulheres, mas do Povo de Deus como um todo, que ainda está à mercê de muitas decisões tomadas nas instâncias clericais.

Faz-se necessário muito empenho, estudo, rodas de conversa, debates, encontros, aprimoramentos, pois o protagonismo não vem somente com a graça do Espírito e da organização. É na luta, na garra, na persistência, na perseverança e também na ternura, na benevolência, no amor, perdão e na fraternidade que chegaremos à tão almejada Sinodalidade.

Transbordamento do Espírito

O transbordar do Espírito, que a Assembleia nos recordava, somente acontece se nós experimentamos em nossa vida a presença do Espírito de Deus. Encontramos na Palavra de Deus as razões e o verda-

deiro caminho que nos leva a uma contemplação ativa. Temos muitos exemplos e testemunhos de mulheres que, pela sua fé encarnada, sofreram as consequências da luta em defesa e promoção da vida: Judite, Ester, Rute, Débora, Maria... e tantas outras sem nome. Mulheres que, ao longo da história, se superaram, pela sua fidelidade ao Projeto de Deus, comprometidas com a vida ameaçada, e enfrentaram o patriarcalismo e clericalismo que tentam invisibilizar as mulheres, abafar sua voz e minimizar seus espaços de ação na Igreja e na sociedade. Lembramos companheiras mártires da caminhada, cujas vozes foram caladas:Dorothy, Roseli, Dorcelina...

Às vezes há muitos "barulhos" internos e externos que atrapalham essa experiência do Espírito. Faz parte do processo escutar, enxergar, perceber e nos dirigir para as diferentes realidades deste mundo para tornar a vida de oração não intimista, mas uma resposta concreta às interpelações de Deus no cotidiano.

Mulheres numa Igreja em Saída

Certo é que precisamos estar muito atentas e resilientes, pois os ventos contrários estão sempre querendo nos derrubar, inviabilizar, invisibilizar e tirar do caminho. Sigamos com a coragem da fé, a força da união, do amor incondicional e misericordioso de um Deus que nos cuida e capacita, pois nos criou à Sua imagem e semelhança como mulheres e homens para caminharmos juntos, sinodalmente, lado a lado, em comunhão, no respeito e na acolhida.

Para isso é preciso tomar iniciativas, ser perseverante, persistente e ter clareza da missão como mulheres numa "Igreja em Saída" para as periferias existenciais e geográficas. Na sociedade, incidir como discípulas e missionárias de Jesus Cristo e do Seu Projeto nas inúmeras realidades da educação, economia, política, no cuidado da Casa Comum, bem como nos mais diferentes areópagos. Também nos deixar amar, conduzir e fortalecer por Ele em nossa vocação batismal e laical. Desta forma somos mulheres que sonham e buscam construir um mundo melhor!

O Papa Francisco reconhece em nós mulheres a dignidade da presença de Deus e nos convida para o caminho sinodal, com dignidade, no cuidado da vida, do planeta, com a economia de Francisco e Clara, e com o projeto do Pacto Educativo Global, que deseja Vida, e Vida em abundância para todos/as.

Reconhecemos que a nossa participação como mulheres em instâncias do governo da Igreja e em posições de liderança em instituições e organizações eclesiais ainda é muito pequena. O Papa Francisco tem dado exemplo e realizado nomeações de mulheres para várias responsabilidades no governo do Vaticano. Isso nos dá esperança!

Para nós, a Assembleia Eclesial, veio como uma esperançosa oportunidade, a fim de que estas e tantas outras situações de nossa Igreja recebessem especial atenção, fossem discutidas com coragem, com ousadia e, ao mesmo tempo, com ternura, respeito, acolhida, humanização, deixando espaço para o Espírito Santo de Deus agir no Projeto maior pensado e sonhado por Deus para toda a humanidade e, neste momento, para o processo de sinodalidade da nossa Igreja da América Latina e do Caribe.

Foi muito significativo o fato desta Assembleia acontecer no México, em Guadalupe. Nossa Senhora de Guadalupe é Mãe e Mulher inculturada, com raízes indígenas e latino-americanas, e o Cristo nasce neste contexto. Desta forma, esperançamos um novo modelo eclesiológico para todo o continente e confiamos a ela os frutos deste evento eclesial. Pedimos sua intercessão para que com coragem, ousadia e criatividade, possamos nos tornar a Igreja em saída, sinodal e missionária que o Senhor espera de nós, porque somos todas/os seus/suas discípulas/os missionárias/os.

* Cristã Leiga formada em Ciências Religiosas, História, Pós-graduada em Administração. Integra o CNLB Regional Sul4 e Partilha de Carismas. Participou da Assembleia Eclesial como delegada do Brasil.

O CLAMOR DOS POVOS MARGINALIZADOS: UM AGIR PASTORAL

Alessandra Miranda*

Na concepção e entendimento da Ação Pastoral Sociotransformadora, o compromisso com a realidade e com o princípio da dignidade humana e do planeta é um fator inegociável para a Igreja e sua missão junto aos empobrecidos/as. Este princípio esteve presente na Assembleia Eclesial da América Latina e Caribe, inspirado pelo *Grito de Esperança* comprometido com as bases fundamentais do Bem Viver das comunidades, lugar por excelência de participação e construção popular.

Desafios do caminho

Porém, alguns desafios seguem nos acompanhando neste caminho pós-Assembleia. Como ressoar estes Gritos de Esperança nas comunidades e nos territórios de experiência da fé? Como potencializar as comunidades eclesiais como

lugar de segurança para denúncia das violações, proteção e busca por justiça? O que deve mudar na prática pastoral para responder às urgências que atravessam a vida das comunidades excluídas? Estas são perguntas que nos mobilizam para reflexões e, por consequência, discernimento para mudanças de rotas e novos caminhos de atuação pastoral.

Pensemos no conjunto de elementos que compõem a América Latina e o Caribe. São marcas de potencialidades culturais, sociais, econômicas e religiosas que trazem uma identidade de povo latino-americano ainda por ser considerada, reconhecida e fortalecida pastoralmente. Por outro lado, o continente é um território marcado por violações dos direitos humanos e da natureza, que ainda estão fortemente presentes na vida das comunidades impactadas pelo sistema econômico e social onde o lucro está acima da dignidade humana e da vida. Os povos originários e tradicionais – indígenas, quilombolas, ribeirinhos, afetados pelas minerações e barragens, quebradeiras de coco, jovens negros das periferias – estão entre as populações mais vulneráveis e expostas às crueldades do Estado e do poder do mercado, que causam morte, dor e exclusão.

O caminho preparatório da Assembleia Eclesial, marcado pela dimensão da Escuta, já provocava um olhar para a realidade local onde a vida estivesse ameaçada, incluindo as populações citadas acima, compreendendo estes espaços como prioridade de atuação eclesial transformadora. Este processo, instigado pela proposta metodológica, apontou situações graves e estruturais que devem ser priorizadas em nosso compromisso pastoral: a mineração e outros projetos de exploração dos bens minerais que geram todas as desigualdades e violações possíveis contra crianças, jovens e idosos, incluindo crimes como exploração sexual, trabalho escravo e tráfico de pessoas,além de tirar do território a sobrevivência acumulada na comunidade; as violências sofridas

escutar o clamor dos Povos Marginalizados exige ações concretas de transformação, de Boa Nova.

pela população LGBTQIA+, que experimenta todos os dias preconceitos, homofobia e outros crimes, tornando a América Latina e Caribe uma das regiões onde mais se mata pessoas LGBTQIA+ no mundo; os conflitos no campo; a prática de dizimação dos povos indígenas que ainda resistem nos dias atuais; o racismo e a intolerância religiosa que afetam, de forma mais perversa, as populações negras; a crise migratória presente em todo o mundo, agravada pela pandemia do COVID-19; guerras econômicas e religiosas; contenção de alimentos. Poderíamos ficar aqui durante horas elencando as "veias abertas da nossa América Latina e Caribe", mas é importante seguir retomando os elementos fundamentais dessas realidades que devem implicar nosso *agir pastoral.*

Escutar os gritos do nosso tempo

É evangélico o entendimento de que a missão da Igreja acontece dentro do mundo, e não fora dele. Se olharmos os gestos de Jesus, por onde Ele andava, com quem falava, o que fazia, e localizar esse jeito do fazer no tempo histórico em que ele viveu, fica fácil traduzir esta prática para os dias atuais e tornar mais evangélica nossa atuação pastoral, comunitária e missionária. Mas, para isso, é preciso acreditar. Estamos suficientemente encantados/as pela proposta do Evangelho? O que nos mobiliza hoje na missão pastoral?

A comunhão com o Papa Francisco, que aposta na "Igreja em Saída", com todas as suas exigências e consequências, está no centro das motivações e reflexões sobre a Ação Pastoral Sociotransformadora que temos vivido. E foi inspirada nesta dimensão da Igreja em Saída que a Assembleia Eclesial assumiu um caminho metodológico de escuta dos gritos deste tempo, aliada a um processo profundo de entendimento e discernimento para uma conversão pastoral.

A Assembleia também destacou fortemente a necessidade de uma pastoral integral e ecológica, comprometida com a defesa de todas as vidas, pois "todas as vidas importam", mobilizando os discípulos e discípulas para uma prática sinodal que perpassa todos os processos de organização e participação da Igreja, incluindo uma preocupação por muitas vezes negligenciada nas comunidades eclesiais, a saúde mental das lideranças. Tudo isso a partir do apelo a uma profunda conversão pastoral, desde o cotidiano da vida das comunidades eclesiais até as estruturas da Igreja, que devem ser reveladoras dessa prática humana e integral das relações.

Como sugerimos no título desta reflexão, escutar o clamor dos Povos Marginalizados exige ações concretas de transformação, de Boa Nova. E o agir pastoral é a principal ferramenta pedagógica para a autonomia, espiritualidade libertadora e compromisso social político e de cidadania, o que exige formação processual e investimento em formadores e em lideranças jovens, além da qualificação de processos organizativos de comunicação e de articulação.

A escuta atenta a esses gritos é parte fundamental da condição de seguidores/as de Jesus, seguida por um profundo processo de discernimento e conversão que nos convoca para a missão da Igreja: anunciar o Evangelho (Boa Nova) a todas as criaturas, sem distinção de classe social, raça, etnia ou gênero. É agora o tempo oportuno para retomar os processos de articulação, formação e organização das estruturas e práticas pedagógicas e metodológicas. Do contrário, seguiremos descolados/as da vida do povo que sofre de fome, violências, racismo e de outras pandemias deste tempo, dentre elas a da indiferença.

A Assembleia lançou as redes nestas águas das injustiças e das potencialidades, cabe a nós seguir com ousadia e coragem.

* Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Goiás, com especialização em literatura feminista pela Universidad de Chile. Secretária executiva da 6ª Semana Social Brasileira.

ASSEMBLEIA ECLESIAL: UM OLHAR DESDE AS CEBs

Pedro A. Ribeiro de Oliveira*

O Papa Francisco tem feito valiosas inovações pastorais. Ao atender os bispos do CELAM, pedindo que convocasse uma Conferência Episcopal para atualizar as diretrizes pastorais estabelecidas em 2007, em Aparecida, surpreendentemente ele convocou uma Assembleia Eclesial. A diferença é notável: numa assembleia não somente os bispos tomam decisões pastorais, mas também os e as representantes dos diferentes segmentos que compõem a Igreja. Embora os bispos, devido a sua função de pastores, tenham maior peso na tomada de decisões, também os padres, religiosas, leigas e leigos de diferentes setores ou movimentos são chamados a participar do processo decisório. Esse novo rumo que Francisco imprime à Igreja, tornando-a realmente participativa e comunitária, é condição necessária para que ela se ponha *em saída* em direção às periferias sociais e existenciais. É o que trato aqui, a partir da história das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na América Latina e Caribe (ALeC).

Embora não se possa definir a data da formação das primeiras CEBs, é certo que elas não existiriam se não fosse o impulso renovador do Concílio Ecumênico do Vaticano II (1962-65). O Documento de Medellín, de 1968, reconhece sua originalidade pastoral ao afirmar que a CEB é "a célula inicial da estrutura eclesial e foco de evangelização". A par-

tir de então elas se multiplicaram pelos diferentes países da ALeC, seja nas comunidades rurais, seja nas periferias urbanas. Esse desenvolvimento foi tal que, em 1982, a CNBB se referiu a elas como *"uma nova forma de ser Igreja"* (Doc. 25). E qual era essa novidade?

O bispo Pedro do Araguaia comentava, na época, que essa *nova forma de ser Igreja* era a forma mais antiga da Igreja: aquela do livro dos Atos dos Apóstolos, que combinava espírito comunitário e missionário, porque era cheia do Espírito Santo. De fato, dizia ele, comunidade fechada em si mesma, contente com o convívio fraterno, mas que não sai em missão a proclamar o Reinado de Deus, pode ser muito gostosa, mas não é a Igreja de Jesus. A Igreja que Jesus quer é fraterna para dentro e libertadora para fora, para o Mundo. O problema é que comunidades assim incomodam os poderosos deste mundo e também – como não reconhecer? – os dirigentes eclesiásticos. Por isso, na medida em que as CEBs foram ganhando presença na sociedade – por suas lutas pelos Direitos Humanos – e também na Igreja – com suas celebrações participativas e sua prática igualitária –, foram sendo deixadas de lado pelo clero, mais preocupado em renovar a estrutura das paróquias. Muita gente chegou a dizer que "o tempo das CEBs passou" ou que "elas prestaram um bom serviço durante o tempo da ditadura, mas na democracia elas não são mais necessárias"... O certo é que elas deixaram de ser prioridade pastoral para a Igreja da ALeC como um todo, embora tenham seguido sua caminhada em não poucas dioceses.

Sinal dessa mudança nas prioridades pastorais é que o *Documento para o Discernimento*, que serviu de base para a Assembleia Eclesial, enaltece a Igreja da ALeC por ter sido "pioneira em muitos campos de recepção do Concílio Vaticano II e continuar sendo" (# 8), mas não se refere ao pioneirismo das CEBs como forma pastoral de concretizar a opção preferencial pelos pobres. Em todo aquele documento preparatório, com 163 parágrafos, a palavra "comunidades eclesiais de base" é usada somente ao referir-se a elas como "espaço acolhedor a pessoas da comunidade LGBTIQI+" (# 95). É elogioso reconhecer seu espírito acolhedor, mas as CEBs cumprem muitas outras funções pastorais além de acolher pessoas discriminadas por sua condição de gênero ou sua orientação afetivo-sexual!

Mais grave é que, embora o tema das CEBs tenha sido levantado por não poucos participantes dos grupos de trabalho da Assembleia Eclesial, suas intervenções não foram devidamente registradas no relatório da secretaria e o tema acabou sendo deixado de lado nas prioridades aprovadas pela Assembleia. É pena esse "esquecimento" das CEBs na Assembleia Eclesial da ALeC, porque elas são talvez o instrumento mais adequado ao projeto pastoral traçado por Francisco: uma Igreja sinodal em saída em direção às periferias sociais e existenciais.

Ainda há tempo para se corrigir essa falha, pois estamos em tempo de preparação do Sínodo dos Bispos, a realizar-se em Roma no próximo ano, e é vontade do Papa ouvir todos os setores da Igreja, de todas as partes do mundo, sobre a sinodalidade. Neste período preparatório devem ser recolhidas experiências das comunidades sobre como vivenciam esse *"caminhar juntos"* como único Povo de Deus em diferentes espaços sociais. E nisso as Comunidades Eclesiais de Base da ALeC têm uma valiosa experiência a passar para suas irmãs de todo o mundo. É hora de olhar para a frente e preparar o Sínodo de 2023, levando nossa experiência.

---

* Leigo católico, nascido em 1943, desde 1976 tem assessorado as CEBs. Aposentou-se como professor de Sociologia da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e PUC-Minas. É membro da Coordenação do Movimento Nacional Fé e Política e da equipe de Iser Assessoria.

A ASSEMBLEIA ECLESIAL SOB O OLHAR DOS CARISMAS E MINISTÉRIOS

Laudelino Augusto dos Santos Azevedo*

A Igreja, no mundo todo, convocada pelo Papa Francisco, prepara-se para o momento forte do Sínodo Mundial sobre a "sinodalidade", em 2023, fortalecendo "esta dimensão constitutiva da Igreja, Povo de Deus peregrino e evangelizador, Corpo de Cristo presente e atuante na história" (Cf. CNBB 105, n. 92-103).

Um acontecimento em chave sinodal

Em 2021, a Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe teve como um dos objetivos: "Ser um evento em chave sinodal, e não apenas episcopal, com uma metodologia representativa, inclusiva e participativa". E assim se fez, levando-nos a lembrar do Papa Francisco que, em 17 de outubro de 2015, no início de seu discurso em comemoração ao cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos, afirmou: "Desde o Concílio Vaticano II até a atual Assembleia, temos experimentado, de forma cada vez mais intensa, a necessidade e a beleza de 'caminhar juntos'".

Neste sentido, muito nos ilumina o Documento da Comissão Teológica Internacional sobre A Sinodalidade na vida e na missão da Igreja: "A Eclesiologia do Povo de Deus sublinha, de fato, a comum dignidade e missão de todos os batizados no exercício da multiforme e ordenada riqueza dos seus carismas, das suas vocações, dos seus ministérios. [...] A sinodalidade, neste contexto eclesiológico, indica o específico *modus vivendi et operandi,* ou seja, o modo de viver e de agir da Igreja Povo de Deus que manifesta e realiza o ser comunhão no caminhar juntos, no reunir-se em assembleia e no participar ativamente de todos os seus membros em sua missão evangelizadora." (Edições CNBB, DI 48, n.6).

Desde o Concílio Vaticano II até a atual Assembleia, temos experimentado, de forma cada vez mais intensa, a necessidade e a beleza de 'caminhar juntos'".

O processo de escolha dos delegados e delegadas para a Assembleia Eclesial foi muito significativo, pois considerou a variedade de vocações, estados de vida, carismas e ministérios. No Brasil, temos os Organismos de Comunhão e Missão, ou Organismos do Povo de Deus, que congregam e articulam os membros do Corpo Eclesial segundo a sua vocação, estado de vida, carisma e ministério: o Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB); a Conferência Nacional dos Institutos Seculares do Brasil (CNISB); a Conferência dos Religiosos e Religiosas do Brasil (CRB); a Comissão Nacional de Diáconos (CND); a Comissão Nacional dos Presbíteros (CNP); e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Assim, os 314 delegados/as do Brasil foram escolhidos e indicados pelos seus pares: 63 cristãos bispos, indicados pela CNBB; 63 cristãos presbíteros e/ou diáconos, indicados pela CNP e CND; 63 cristãos consagrados e consagradas, indicados/as pela CRB e CNISB; 94 cristãos leigos e leigas, indicados pelo CNLB; e 31 cristãos em situação de periferia, indicados pela Cáritas e Pastorais Sociais.

Todos sujeitos da comunhão

Esta visão e prática representativa, inclusiva e participativa, ao mesmo tempo que constitui a Igreja sinodal, estabelece e realiza o processo na dinâmica da sinodalidade. Podemos dizer que a Assembleia Eclesial, sob o olhar dos carismas e ministérios, comprova o que São João Paulo II ensinou na Exortação Apostólica *Christifideles Laici*: "Trabalhadores da vinha são todos os membros do povo de Deus: os sacerdotes, os religiosos e as religiosas, os fiéis leigos, todos simultaneamente objeto e sujeito da comunhão da Igreja e da participação na sua missão de salvação. Todos e cada um trabalham na única e comum vinha do Senhor com carismas e com ministérios diferentes e complementares [...] também através do estado de vida que caracteriza os sacerdotes, os religiosos e as religiosas, os membros dos institutos seculares, os fiéis leigos. Na Igreja-comunhão os estados de vida encontram-se de tal maneira interligados que são ordenados uns para os outros. [...] Todos os estados de vida, tanto no seu conjunto como cada um deles em relação com os outros, estão a serviço do crescimento da Igreja, são modalidades diferentes que profundamente se unem no 'mistério de comunhão' da Igreja e que dinamicamente se coordenam na sua única missão" (ChL, 55).

Certamente, temos muito a caminhar, mas podemos dizer: a Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe aponta para uma "Igreja Sinodal", Igreja Comunhão com a riqueza dos carismas e ministérios, que favoreça a conversão pastoral, sem clericalismo, com a participação efetiva de todos os seus membros, que "promova a participação ativa das mulheres em ministérios, órgãos governamentais, discernimento e tomada de decisões eclesiais", conforme aponta nos "Desafios Pastorais" apresentados.

É importante lembrar a caminhada sinodal da Igreja no Brasil, através das Assembleias Nacionais dos Organismos do Povo de Deus, que realizará, em outubro de 2022, a sua 10ª Assembleia. Este é "o caminho que Deus espera da Igreja"! Vamos em frente!...

* Cristão Leigo, Agente de Pastoral, Professor. Foi Vereador, Deputado Estadual e Vice-Prefeito. Presidente do CNLB (2010-2013). Membro da comunidade Eclesial de Santa Isabel, Paróquia São José Operário, em Itajubá, Diocese de Pouso Alegre. Discípulo missionário na Igreja e no mundo.

EM BUSCA DA SINODALIDADE ECONÔMICA

Ecos da Economia de Francisco e Clara na Assembleia Eclesial

Eduardo Brasileiro*

A Assembleia Eclesial Latino-americana e do Caribe abre caminhos para a recepção do Sínodo dos Bispos sobre a Sinodalidade (2021-2023) e também abre caminhos para a contribuição do Sul global neste encontro da Igreja do mundo. O Papa Francisco, em um discurso na 70ª Conferência Episcopal Italiana (22/05/2017), afirmou que "caminhar juntos *(sínodos)* é a via constitutiva da Igreja; a cifra que nos permite interpretar a realidade com os olhos e o coração de Deus".

Diaconia social para uma cultura do encontro

A sinodalidade é o grande desafio da Igreja do século XXI. Esse "caminhar juntos do Povo de Deus" se dá na missão e se realiza onde cristãos contribuem para tornar o Reino de Deus presente no mundo. E isso tem relação direta com a dimensão econômica, que, dentre outros aspectos, está na raiz dos problemas sociais e políticos. A Comissão Teológica Internacional conduziu um estudo primoroso sobre "a sinodalidade na vida e na missão da Igreja" em que afirma (nº 118) que a diaconia social é a contribuição fundamental para o anúncio de conversão do Povo de Deus para favorecer uma cultura do encontro e da solidariedade.

"Aqui não se consome da economia da morte, mas da economia da vida que se recria cotidianamente em atos cooperativos e solidários".

No seio da evangelização latino-americana e caribenha está o duplo desafio de vivermos a ecologia integral (*Laudato Si'*, 62) e construirmos o pacto para *Realmar a Economia,* feito pelo Papa Francisco em 2019, e que recebemos em nosso continente como a Economia de Francisco e Clara. Uma Igreja comprometida em exercer seu papel profético (*Querida Amazônia*, 19) precisará fundamentalmente reconhecer a importância de escutar os movimentos populares, organizações da sociedade civil, entidades, partidos e igrejas, que têm sintetizado uma ecologia de saberes do Sul rumo a uma sociedade pós-capitalista, em transição socioecológica.

Construir uma sinodalidade econômica

A Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara pretende colocar-se como espaço de contribuição com as discussões contemporâneas, fornecendo aos cristãos e cristãs ferramentas fundamentais para a organização da esperança e de projetos de sociedade que apontem o diálogo entre a política e a economia como condição para a plenitude humana (*Laudato Si'*, 189-198). Assim, o caminho sinodal de encontro com a Economia de Francisco e Clara provoca a Igreja ao desafio de construir uma sinodalidade econômica, a partir dos marcos da crise do capitalismo globalizado e financeirizado, que alimenta um circuito de relações de acumulação, competição e consumo e uma racionalidade desumanizadora que se põe a favor da exploração dos mais pobres e da Mãe Terra. A macroeconomia apontada pela Economia de Francisco e Clara inspira-nos a defender: 1º. a distribuição de renda e riquezas e a inclusão social; 2º. a expansão de uma grande infraestrutura social verde (*Green New Deal*).

De um lado, a distribuição de renda é fundamental para a consolidação de um mercado interno dinâmico, que proporcione em-

prego de qualidade. De outro, a vigência passa pela superação do atual modelo fiscal e predatório da natureza e inspira uma sociedade organizada em um grande projeto econômico defensor da vida. A sinodalidade econômica provoca um pacto eclesial de denúncia contra a naturalização deste modelo econômico, compondo fóruns e espaços de elaboração de plataformas de economias transformadoras, expressas na micropolítica, em *contra-condutas* para a democratização da economia como projeto educativo na vivência eclesial e como fundamento para a vivência política.

Plataformas de economias transformadoras

As primeiras práticas de sinodalidade econômica na vida da comunidade eclesial estão em colocar as finanças a serviço da construção de justiça econômica. Os indicadores socioeconômicos latino-americanos apontam que a vida tem se tornado mais difícil e precarizada em todo o continente. A Igreja deverá posicionar-se como "hospital de campanha" e desenvolver práticas cooperativas identificando: *Quem são os desempregados? Quem são os endividados? Quem são as mulheres vulnerabilizadas? Quais são as possibilidades de reuni-los e organizar uma ação coletiva?* . Coloquemos nossos esforços em beber da fonte da Economia Popular Solidária, de agroecossistemas (agroecologia, agroflorestas, agroindústrias, ecovilas), de serviços da dimensão sociotransformadora e demais ações de fortalecimento do poder popular.

Um segundo compromisso é que os espaços eclesiais consumam cada vez mais das economias que geram a vida e não daquelas financiadas pelo agronegócio, mineração, redes de supermercados, exploração de trabalho humano e da natureza. É preciso "prestar atenção especial à procedência de doações ou outro tipo de benefícios, assim como aos investimentos realizados pelas instituições eclesiásticas ou pelos cristãos" (*Querida Amazônia*, 25), para que as decisões econômicas coletivas sobre a destinação dos recursos financeiros contribuam para pôr um fim na cadeia de manutenção do capitalismo. É preciso difundir o *pacto* nas reuniões pastorais e nos avisos das celebrações: "Aqui não se consome da economia da morte, mas da economia da vida que se recria cotidianamente em atos cooperativos e solidários".

O terceiro movimento é apontar o fomento a iniciativas de participação popular e reanimação de conselhos e organismos que indiquem a efetivação do orçamento participativo, histórica iniciativa popular de democratização do orçamento público, por meio de uma "Igreja enlameada" que se coloca ao lado do povo nas situações de conflito, ampliando as vozes dos empobrecidos. A elaboração de cartas à comunidade local, denunciando as precarizações sequenciais vividas pelos bairros e cidades, pode contribuir para a implementação de planos de desenvolvimento local autônomo e solidário.

O espírito Sinodal infunde essa experiência revigorante de diaconia social – a sinodalidade econômica –, que se expressa na construção de uma outra sociedade possível, sobretudo neste tempo em que há uma crise da democracia-liberal. Afinal, na América Latina e Caribe um desafio de primeira ordem é construir uma cultura solidária e de participação que vença a racionalidade liberal e anuncie um horizonte democrático. Esse marco histórico aponta a evangelização como promotora de uma economia do Bem Viver, voz dos povos latino-americanos, expressão da nossa diversidade e resistência coletiva.

* Eduardo Brasileiro, educador e mestrando em sociologia pela PUC Minas. Integrante do Núcleo de Estudos Sociopolíticos (NESP) e do Grupo de Reflexão e Trabalho para a Economia de Francisco e Clara. Foi delegado da Assembleia Eclesial Latino-Americana e Caribenha.

IMPLEMENTAR UMA CULTURA ECLESIAL MARCADAMENTE LAICAL

O desafio sinodal da Primeira Assembleia Eclesial

Agenor Brighenti*

A Primeira Assembleia Eclesial não só foi realizada de modo sinodal, como fez da sinodalidade um dos principais desafios para a Igreja na América Latina no futuro próximo. A indicação alinha-se ao "sonho eclesial" do Papa Francisco, no Sínodo da Amazônia, de "uma cultura eclesial marcadamente laical" (*QAm* 94). É o antídoto do clericalismo que, superado pelo Vaticano II, voltou triunfante nas décadas de "involução eclesial" que precederam o atual pontificado. Dentre os 231 desafios definidos pela Assembleia e propostos como programa de ação para os próximos anos, 49 deles dizem respeito à sinodalidade e, dentre os 41 desafios condensados dos 231 pela Assembleia, 5 deles estão referidos à sinodalidade.

Vejamos, de maneira sucinta, as propostas da Primeira Assembleia Eclesial em relação à implementação de uma Igreja sinodal, fazendo o registro literal de suas proposições e indicando entre parênteses o número do desafio correspondente, dentre os 231 propostos.

Para uma Igreja sinodal, uma Igreja toda ela ministerial

Para uma Igreja sinodal, a Primeira Assembleia Eclesial propôs "renovar, à luz da Palavra de Deus e do Vaticano II, nosso conceito e experiência de Igreja como Povo de Deus, em comunhão com a riqueza de sua ministerialidade, para evitar o clericalismo" (7). Renovar os ministérios na Igreja permite "incorporar os leigos/as, em especial as mulheres e as consagradas", de modo que "tenham participação e poder na tomada de decisões" (84).

Isso implica "retomar a dimensão ministerial da Igreja a partir da circularidade, da sinodalidade e da corresponsabilidade" (173), pois todos estamos "chamados a viver desde a radical igualdade em dignidade de todos os ministérios que nos propicia a vocação batismal e, assim, superar o clericalismo e o autoritarismo" (181). Daí a importância de "formar para a unidade na diversidade, valorizando e incentivando os carismas e ministérios na Igreja", em especial "reconhecendo equitativamente os ministérios das mulheres" (101).

Uma Igreja acolhedora das diversidades

A sinodalidade aponta para uma Igreja "comunidade de comunidades, cada vez mais inclusiva, dialogante, misericordiosa e sensível, que abrace todas as periferias, reconhecendo e acolhendo a diversidade do Povo de Deus e celebrando sua fé com uma liturgia em saída missionária" (203). Trata-se "da criação de pequenas comunidades autônomas, que contribuam para a superação do clericalismo, com a inclusão, proximidade, encontro e outros benefícios da sinodalidade" (212).

A sinodalidade é essencialmente inclusiva das "vozes e populações historicamente marginalizadas, como os povos originários, os afrodescendentes, os jovens, as mulheres e as comunidades LGBTQI+" (10). Em grande medida, trata-se de "incluir os leigos/as na vida pastoral e missionária, para que possamos caminhar juntos como Povo de Deus e assim fazer acontecer a comunhão e a participação de todos" (46). Urge "construir uma Igreja sinodal e missionária, que acolha também os migrantes e outros grupos minoritários em sua situação específica", para que assim possam "participar ativamente dos processos de planejamento e revisão permanente dos diversos espaços eclesiais" (161).

Superar o clericalismo pelo protagonismo do laicato

Para a Assembleia Eclesial, urge "superar o clericalismo em todas as suas expressões, tanto entre o clero como entre os leigos" (29), inclusive entre "os/as consagrados/as" (98). Isso implica "revisar o papel e a inclusão do laicato na Igreja" e propiciar "o empoderamento da experiência orante da Palavra e da formação da consciência eclesial do Povo de Deus (24). Trata-se de "incorporar os leigos/as nos processos de discernimento e planejamento" (24), "para que tenham participação e poder na tomada de decisões" (84). Em outras palavras, é preciso "partilhar espaços de responsabilidade, decisão e formação pastoral como Povo de Deus, com responsabilidade, sinodalidade e participação" (57).

Para "visibilizar o protagonismo do laicato em todas as suas dimensões" (154), é preciso "renovar e mudar a formação do clero e dos leigos" (5), propiciando "uma formação permanente, em vista de uma Igreja sinodal" (121). Também é importante "implementar espaços de serviço e novos ministérios para os leigos/as, com poder de decisão, tanto na Igreja como na sociedade" (168).

Igualdade de gênero na Igreja pela integração das mulheres

A Assembleia Eclesial se propôs "dar passos concretos, como Povo de Deus, na integração e participação das mulheres" (98) na Igreja e na sociedade (91). Começa-se por "reconhecer a exclusão da mulher no âmbito eclesial em funções de liderança e tomada de decisões" (91, 110) e, depois, "desde uma teologia relacional", assegurar-lhe "espaços que evidenciem o reconhecimento de sua dignidade e protagonismo" e contribuam para "sua inclusão também na sociedade" (91).

> A sinodalidade é essencialmente inclusiva das "vozes e populações historicamente marginalizadas, como os povos originários, os afrodescendentes, os jovens, as mulheres e as comunidades LGBT

Trata-se de mudanças que não podem depender da "boa vontade de presbíteros e bispos"; antes implicam "a formalização de ministérios próprios para as mulheres" (92, 101, 168) e sua integração nas "estruturas de decisão" (92, 84, 117, 135) das "Igrejas Locais" e mesmo das "Conferências Episcopais Nacionais" (151).

Estruturas de comunhão e participação

Para "gerar espaços de maior participação e inclusão da juventude, das mulheres e do laicato em geral", é preciso "uma verdadeira mudança das estruturas da Igreja", assim como "a revitalização das comunidades eclesiais de base e dos conselhos de pastoral nas paróquias" (60). Uma "revisão profunda das estruturas da Igreja e do exercício do poder" é condição para "superar o clericalismo e implementar uma Igreja servidora, sinodal e geradora de novas lideranças e ministérios", seja "o diaconato feminino e a ordenação de padres casados", seja de "ministérios leigos ou para o cuidado da casa comum" (71). Há "estruturas eclesiais obsoletas e arraigadas em um clericalismo presente tanto no clero como nos leigos/as e na vida religiosa" (153).

* Doutor em Ciências Teológicas e Religiosas na Universidade Católica de Louvain (Bélgica), especializado em Pastoral Social e Planejamento Pastoral pelo Instituto Teológico-Pastoral do CELAM (Medellín). Professor de Teologia no Instituto Teológico de Santa Catarina (ITESC) e na Universidade Pontifícia do México (UPM), Presidente do Instituto Nacional de Pastoral da CNBB, membro do Comitê Executivo Latino-americano da Ameríndia e do Comitê Organizador do Fórum Mundial de Teologia e Libertação. Escolhido como perito para o Sínodo dos Bispos de 2023.

"IGREJA EM SAÍDA PARA AS PERIFERIAS"

"caminhar juntos" na missão

Francisco de Aquino Júnior*

A Primeira Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe (novembro de 2021), proposta pelo Papa Francisco em resposta à solicitação de uma nova Conferência do Episcopado Latino-americano, reuniu as várias expressões e os vários organismos do Povo de Deus. Ela aconteceu no contexto do processo de escuta sinodal em preparação ao próximo Sínodo dos Bispos, previsto para outubro de 2023 (*Por uma Igreja Sinodal: comunhão, participação, missão*), e no espírito da última Conferência do Episcopado Latino-americano, em Aparecida, em maio de 2007 (*Discípulos e missionários de Jesus Cristo, para que nele nossos povos tenham vida*). Essa dupla referência dá o tom e a perspectiva dessa Primeira Assembleia Eclesial: *sinodalidade* e *missão*. E aparece claramente no tema da assembleia: *Todos somos discípulos missionários em saída*. São aspectos inseparáveis que se remetem e se implicam mutuamente: a *missão* é de todos e deve ser assumida por todos ("caminhar juntos" do Povo de Deus), e a *sinodalidade* se dá na e em função da missão ("caminhar juntos" na missão). Nunca é demais insistir na natureza sinodal da missão (Povo de Deus) e na natureza missionária da sinodalidade (missão).

Uma Igreja sinodal

Mas aqui queremos insistir nesse segundo aspecto: **a natureza missionária da sinodalidade**. Pode parecer algo simples e evidente, mas na prática é muito mais complexo e problemático. Primeiro, porque a insistência na participação de todos na Igreja pode acabar relativizando e/ou deixando em segundo plano o "onde" e o "em que" consiste e se dá essa participação e terminar em disputa de poder que não deixa de ser mais uma expressão de clericalismo (disputa de chefia/mando). Segundo, porque a missão pode e comumente costuma ser entendida/realizada de maneira autocentrada ou autorreferencial, relativizando ou mesmo negando seu caráter de "sacramento" de salvação ou do reinado de Deus no mundo e de "serviço" aos pobres e marginalizados desse mundo (crescimento e dinamismo interno da Igreja). Basta ver em que consistem (na prática, não nos textos e documentos) os movimentos de animação missionária em nossas comunidades, paróquias e dioceses...

Não basta dizer que a Igreja é missionária. É preciso compreender bem em que consiste esta

Juventude
Missionária

uma saída *em direção* à humanidade sofredora *para viver* a fraternidade, curar suas feridas, socorrer suas necessidades, participar de suas lutas por direitos, etc. (saída para as periferias).

missão, que não é outra senão a missão de Jesus, tal como está narrada/testemunhada nos Evangelhos: anunciar e tornar presente o reinado de Deus nesse mundo. Na prática, isso significa/implica socorrer os caídos, curar as feridas, consolar os aflitos e desesperados, acolher os marginalizados/excluídos e fazer comunhão de mesa com eles, afrontar costumes e leis que agridam a dignidade humana, denunciar os poderosos e opressores, viver e desencadear processos de fraternidade (amor, perdão, compaixão, serviço, etc.), exercitar o poder como serviço. Numa palavra: viver na lógica do reinado de Deus: filiação divina que se concretiza no amor e na fraternidade entre todos, até com os inimigos. Toda atividade eclesial (catequese, liturgia, encontros de formação, Santas Missões Populares, visitas missionárias, animação missionária, etc.) deve ser pensada e realizada em vista da missão fundamental da Igreja, que é anunciar e tornar presente no mundo o reinado de Deus, reinado de fraternidade, de justiça e de paz.

O Papa Francisco não se cansa de insistir na necessidade e urgência de uma "transformação missionária da Igreja" (EG, cap. I), entendida como "saída para as periferias" geográficas, sociais e existenciais (EG, 20, 30, 46, 191). Frente a tendências autorreferenciais da Igreja, insiste sem cessar na necessidade e urgência de "saída para as periferias". Contra todo comodismo, é

preciso *sair* (Igreja em saída). Mas não se trata de uma saída qualquer para qualquer lugar e/ou qualquer coisa, mas de uma saída *em direção* à humanidade sofredora *para* viver a fraternidade, curar suas feridas, socorrer suas necessidades, participar de suas lutas por direitos, etc. (saída para as periferias).

Todos somos discípulos missionários

E essa perspectiva missionária constitui o coração da Primeira Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe. Isso aparece claramente no tema da assembleia: *Todos somos discípulos missionários em saída*. E é mais bem explicitado nos desafios pastorais identificados e assumidos pela assembleia. É verdade que a ordem/sequência de apresentação dos desafios (não se sabe bem o critério usado aqui) pode relativizar e até perder de vista esse horizonte da missão cristã, pondo mais ênfase na vida interna da Igreja (participação eclesial, protagonismo dos leigos) que em sua missão no mundo (saída para as periferias). É a tentação permanente à autorreferencialidade e ao clericalismo... Em todo caso, alguns dos desafios identificados e assumidos pela assembleia indicam a perspectiva e o caminho fundamentais da Igreja nesse mundo e, concretamente, em nosso tempo:

"acompanhar as vítimas das injustiças sociais e eclesiais com processos de reconhecimento e reparação";

"promover e defender a dignidade da vida e da pessoa humana desde sua concepção até sua morte natural";

"escutar o clamor dos pobres, excluídos e descartados";

"reafirmar a prioridade a uma ecologia integral em nossas comunidades, a partir dos quatro sonhos [da Exortação Apostólica] Querida Amazônia";

"acompanhar os povos originários e afrodescendentes na defesa da vida, da terra e das culturas".

Certamente, esses não são os únicos desafios de nosso mundo. E certamente não basta identificar os desafios: eles precisam ser concretizados e enfrentados em cada território e/ou contexto. Precisam ser transformados em projetos pastorais. Precisam ser assumidos como missão fundamental de toda a Igreja. Mas os desafios identificados e assumidos indicam *onde* deve estar o coração da Igreja de Jesus e *para onde* ela deva caminhar, se quiser ser fiel a Jesus e seu Evangelho do reinado de Deus, que consiste na manifestação do amor de Deus pela humanidade sofredora, por mais que isso seja escandaloso para os sacerdotes e escribas, para o filho mais velho e para os operários da primeira hora, que somos todos nós. Os pobres e marginalizados desse mundo são, n'Ele, juízes e senhores de nossas vidas, igrejas e teologias (cf. Mt 25,31-46).

* Presbítero da Diocese de Limoeiro do Norte – CE; Doutor em Teologia; Professor da Faculdade Católica de Fortaleza (FCF) e da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

ASSEMBLEIA ECLESIAL: UM OLHAR PROFÉTICO QUE NOS FAZ VER MAIS LONGE

Denilson Mariano da Silva*

Em novembro de 2021, a Igreja da América Latina e do Caribe realizou a sua primeira Assembleia Eclesial. Foi uma nova modalidade de Assembleia, na qual bispos, padres, diáconos, religiosos/as, leigos/as reuniram-se tendo como eixo não aquilo que os distingue na missão, mas a identidade de batizados/as, de participantes da comum dignidade de filhos/as de Deus. Um encontro da Igreja "Povo de Deus", desafiada a aprender a "caminhar junto", em unidade na diversidade (LG 31). Um exercício, um esforço prático de sinodalidade! Lancemos "um outro olhar" sobre essa importante experiência na Igreja Católica, a Assembleia Eclesial: o que Deus quer nos dizer com este acontecimento?

Símbolo que aponta para algo maior

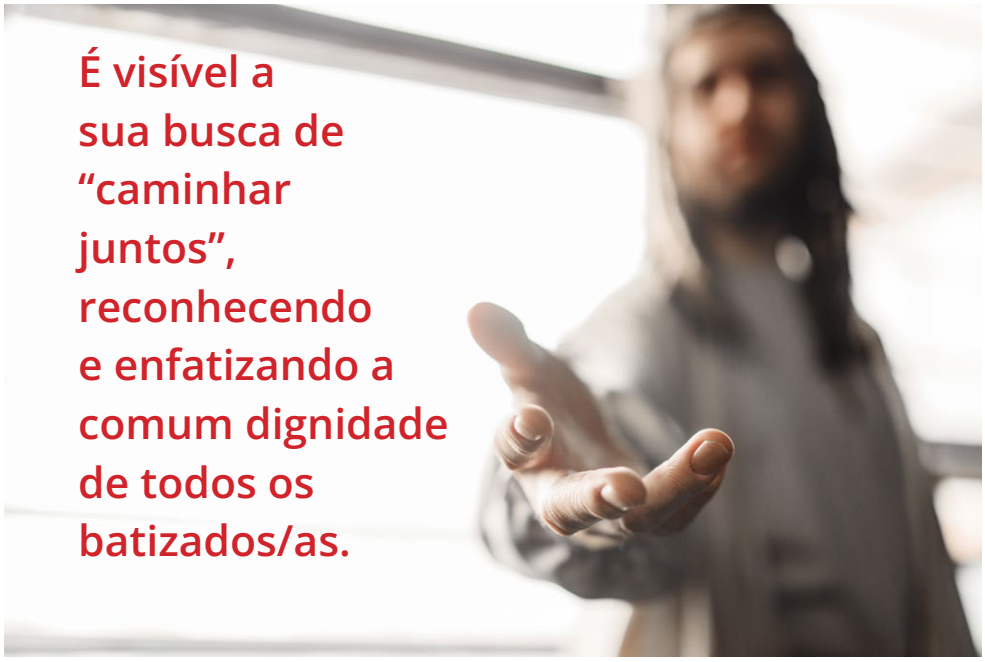
Estamos convencidos de que essa primeira Assembleia Eclesial irradia bem mais que os resultados alcançados de imediato. Ela se tornou símbolo que aponta algo maior na nossa missão, o horizonte que começa a descortinar-se na caminhada da Igreja. Não se trata de uma realidade propriamente nova, mas de um resgate das raízes da Igreja, da sua origem entre os primeiros cristãos. Naqueles inícios, o número mais reduzido de pessoas, a convivência mais próxima, o anseio de traduzir em atitudes a memória da prática comunitária libertadora de Jesus, seu modo de ser e de servir. A certeza da presença do "Deus estradeiro" com eles levava-os a tomar decisões em conjunto, dividir as responsabilidades, colegiar as dúvidas, as dificuldades e desafios e discernir os caminhos por onde seguir de maneira mais participativa. Em suas origens, a Igreja mostrou-se, decisivamente, sinodal. É visível a sua busca de "caminhar juntos", reconhecendo e enfatizando a comum dignidade de todos os batizados/as.

Esta Assembleia Eclesial, no contexto do magistério do Papa Francisco, revela um esforço profético de recuperar a prática da sinodalidade no seio da Igreja. Importa recordarmos aqui um dos postulados apresentados na *Evangelii Gaudium*, quando destaca que a "realidade é superior à ideia" (EG 231). Isso é fundamental em todo processo histórico. A realidade é maior e mais ampla que a nossa capacidade de captá-la e compreendê-la. Ela nos transcende, vai além, tem sempre algo mais a nos dizer. É como uma fonte inesgotável. É assim que devemos olhar para este importante acontecimento da Igreja latino-americana e caribenha. A nosso ver, esta Assembleia Eclesial representa muito mais que suas conclusões, desafios ou pistas de ação. Ela é uma semente da forma originária de ser Igreja.

Semente da Igreja sinodal?

Assim como a semente traz dentro de si, em germe, toda a planta – raízes, caule, galhos, folhas, flores e frutos–, acreditamos firmemente que a experiência da primeira Assembleia Eclesial é semente da Igreja sinodal, símbolo da sinodalidade, da busca de caminhar juntos. Ela traz consigo, ainda que de forma velada, em germe, a força de uma Igreja participativa, de decisões mais colegiadas, de maior autonomia e corresponsabilidade, uma Igreja toda ministerial, de homens e mulheres entusiasmados e transformados pelos desafios do Evangelho do Reino e do seguimento de Jesus hoje.

Para que essa semente, esse processo eclesial se desenvolva, é preciso que haja um diálogo profundo com esse acontecimento, que ele seja revisitado, retomado, recriado nas diversas instâncias de nossa Igreja. Seu conteúdo se tornará adubo orgânico, no solo sagrado de nossos corações, se ele estiver presente no dinamismo de cada comunidade, nos círculos bíblicos, nos conselhos, nas pastorais, nos grupos diversos. Somente assim terá condições de ajudar essa semente a se desenvolver e produzir novos frutos. Não devemos perder de vista este importante



acontecimento eclesial, quando todos se encontraram como irmãos e irmãs, tendo por base a igual dignidade de batizados/as, de filhos/as de Deus, no anseio de caminhar juntos. Seremos capazes de ouvir o que o Espírito nos diz diante dessa realidade?

Sinodalidade, um clamor do Espírito

Se foi possível, ainda que com muitos limites, uma Assembleia Eclesial na amplitude da América Latina e Caribe, não seria oportuno começarmos a pensar em Assembleias Eclesiais em cada país? Não seria oportuno que a CNBB, com sua força e liderança, convocasse uma Assembleia Eclesial Nacional para a Igreja do Brasil? Ou, ainda, que cada Igreja particular, cada diocese, decidisse realizar a sua primeira Assembleia Eclesial Diocesana? E, a partir da experiência da Conferência Eclesial da Amazônia (CEAMA), que recentemente teve seus estatutos aprovados pelo Vaticano, não seria oportuno criar a Conferência Eclesial do Brasil, reunindo e melhor estruturando os representantes dos Organismos do Povo de Deus para fazer avançar o modo sinodal de ser Igreja em nosso país, fermentando-o em cada Igreja Particular, nas paróquias e comunidades?

Se "o caminho da sinodalidade é o caminho que Deus espera da Igreja no terceiro milênio", como nos afirmou o Papa Francisco, não seria o momento oportuno de ousarmos ser verdadeiramente sinodais, em todas as instâncias eclesiais, desde as decisões mais simples e cotidianas até às mais delicadas e desafiantes? Não seria esse o caminho de superação diária do "câncer" do clericalismo, por meio da busca de efetiva comunhão entre os diferentes ministérios no seio do Povo de Deus, na comum dignidade dos/as batizados/as? Não seria uma oportunidade fecunda de conversão sinodal? Para São João Crisóstomo, "sínodo é o nome da Igreja". Acreditamos firmemente que a sinodalidade é um clamor do Espírito que se faz profecia na Igreja hoje.

Se a sinodalidade foi o jeito característico de ser Igreja dos primeiros cristãos e é um bem para a Igreja, ao não buscarmos meios de efetivá-la, falhamos na missão que recebemos de Jesus e do seu Evangelho, pois "quem sabe fazer o bem e não o faz, comete pecado" (Tg 4,17). O conjunto desses breves e incompletos acenos nos revela que a primeira Assembleia Eclesial Latino-americana e Caribenha nos faz ver mais longe, coloca a sinodalidade como o maior desafio do nosso ser Igreja na contemporaneidade. Nos faz acreditar na força dessa semente sinodal que, se bem cuidada, poderá produzir frutos de verdadeira comunhão, participação e missão. Que sejamos verdadeiramente sinodais...

* Doutor em teologia, membro do grupo de pesquisa de Teologia Pastoral (FAJE) e da SOTER – Sociedade de Teologia e Ciências da Religião. Redator da Revista O Lutador, presidente do MOBON – Movimento da Boa Nova.

EXPERIÊNCIA DO CNLB NO PROCESSO DA ASSEMBLEIA ECLESIAL

Sônia Gomes de Oliveira*

Encerrada a 1ª Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe, podemos dizer, conforme inicia a mensagem final, que "vivemos um *Kairós*, um tempo favorável à escuta e ao discernimento". Digo isto não como conformismo de que tenha sido tudo muito bom, até porque algumas avaliações apontam que, para um evento como este, muita coisa precisaria ser repensada. Além disso, pensando no que foi a preparação dessa Assembleia, o resultado ficou aquém do que esperávamos. Mas digo que foi um momento de *kairós* pela esperança com que vivemos esses dias de assembleia e que nos encoraja a abrir caminhos novos e contribuir na missão de nossa Igreja em direção às periferias.

Uma chama de esperança

A Assembleia foi realizada com avanços e recuos; gostaríamos que tivesse sido bem mais colegiada e num processo de sinodalidade, quem sabe ainda veremos isto acontecer. Mas, como representante do Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB e compondo a equipe que animou a Assembleia Eclesial aqui no Brasil, penso que temos que olhar o antes, o durante e seguir agora para o depois, que é primordial para a Igreja em saída tão pedida pelo Papa Francisco. Por isso quero trazer aqui o meu ponto de vista sobre os avanços que a Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe trouxe. Ela abriu muitos caminhos que precisamos trilhar e aprender, olhar e seguir.

Sempre digo que, como mulher do Sertão, aprendi a olhar ao meu redor e ler o que temos antes, durante e depois. Isto também foi muito importante em minha formação cristã e na formação profissional. É com este olhar que quero trazer alguns apontamentos sobre a a importância da Assembleia Eclesial para os Cristãos leigos.

Em tempos de uma Igreja clericalizada, onde o laicato pouco falava do Documento de Aparecida e do Concílio Vaticano II, o primeiro momento da Assembleia Eclesial, a partir da convocação do Papa Francisco, acendeu uma chama em muitos corações. Por isto eu chamo este momento da convocação de empolgação, de fogo novo. Muitos que se viam sem rumo acabaram encontrando uma chama de esperança: Eu quero ouvir a todos, não somente a uma elite da Igreja.

Um caminho de conversão

Um segundo momento foi a constituição de uma equipe animadora desta Assembleia Eclesial aqui no Brasil. A forma de contemplar nesta comissão todos os representantes dos Organismos do Povo de Deus – bispos, padres, diáconos, religiosos, leigos e juventude –para animar este momento, a Igreja do Brasil criou um clima favorável para que todos pudessem se sentir parte desse acontecimento e possibilitou levar o mais longe possível o sentido, o desejo e a realização dessa Assembleia Eclesial.

Creio que um dos momentos mais bonitos foi o estudo do material apresentado pelo CELAM, intitulado **Documento para o caminho,** que trazia em seu conteúdo o método já muito conhecido nosso: Ver – Iluminar (julgar) – Agir, apontado como caminho de conversão. Foi uma experiência bonita, que nós Igreja temos que aproveitar. Antes do momento da escuta, tivemos a oportunidade de reavivar o Espírito revisitando Aparecida. Lembro que, em muitos regionais, os grupos começaram a retomar o documento de Aparecida e trazê-lo com uma leitura bem atual.

Depois foi o aprendizado que a convocação da Assembleia Eclesial nos apontou com os momentos de escuta de todos e todas. Para isto era preciso olhar o chão onde estávamos pisando. E aqui o Documento para o Caminho, no Ver, apresentou a vida, a realidade atual da América Latina e do Caribe, que nos desafia como discípulos missionários. Apontou a realidade da nossa história, que não podemos esquecer nem colocar por baixo do tapete, e nos chamou como batizados a rever o nosso caminho de discípulos missionários. Devemos estar a serviço da vida e agir no meio dos pobres, reafirmar a opção de uma Igreja pobre e juntos dos pobres, e para isto é preciso um caminho de conversão pessoal, comunitária e social. E ainda nos desafia a entender o que é este discipulado missionário, como nos apresentou Aparecida: percorrer caminhos novos, saber escutar e fazer a defesa da vida e da Casa Comum em uma ecologia integral.

> **Os caminhos foram apontados, e precisamos agora, mais do que nunca, alcançar e assumir o protagonismo de um laicato maduro, que consiga entender-se como sujeito eclesial e continuar o processo iniciado na Assembleia.**

Dificuldades no caminho

Ressalto ainda o momento de Escuta. Os organismos, as pastorais, os movimentos tiveram a oportunidade de fazer esta experiência e quem o fez, pode ter certeza, foram momentos lindos e os testemunhos bonitos das bases apontaram na mesma direção: a Igreja afastou-se das bases. O processo de escuta feito pelos cristãos leigos e leigas abriu um grande entusiasmo: iríamos levar tudo isto, conforme relatado, para a Assembleia. Muitos regionais do CNLB assumiram este momento, muitos cristãos leigos e leigas fizeram grupos de escuta e de reflexão para esta assembleia e sonharam ser ouvidos de fato. Uma coisa que atrapalhou todo o processo foi a dificuldade de acesso à plataforma para responder às perguntas ou anexar as respostas que tinham sido colhidas. Outra dificuldade se refere ao Documento para o Discernimento. Ele deveria ser o eixo a nos orientar a partir das respostas trazidas pelas mobilizações dos grupos temáticos e dos fóruns virtuais. No entanto, ele chegou tarde e não foi traduzido para o português, e isso já mostrava que iríamos chegar ao evento sem muitos dados.

Reconhecimento do CNLB

Quero destacar outro ponto que creio ter sido importante para o CNLB: a possibilidade de o Organismo fazer a indicação dos cristãos leigos e leigas que iriam participar da Assembleia, quando chegasse o momento da distribuição de vagas. A Comissão do Laicato/CNBB e a Presidência da CNBB, reconhecendo o organismo de representatividade do Laicato, nos indicou para fazer a convocação para preencher as 94 vagas dos cristãos leigos e leigas. O processo de escolha dos representantes foi feito de forma a contemplar os vários organismos, pastorais, movimentos e serviços de nossa Igreja.

Por fim, foi um momento de amadurecimento, de participação, um exercício sinodal durante este processo da 1ª Assembleia Eclesial. Os caminhos foram apontados, e precisamos agora, mais do que nunca, alcançar e assumir o protagonismo de um laicato maduro, que consiga entender-se como sujeito eclesial e continuar o processo iniciado na Assembleia. Olhando a realidade, assumindo-se como Igreja dentro desta realidade, conscientes de que o povo precisa de uma Igreja próxima, solidária, samaritana. E nós, como cristãos leigas e leigas, batizados e batizadas nesta Igreja, precisamos continuar a nossa missão como discípulos missionários, colocando-nos sempre na dimensão de saída e principalmente para as periferias onde o clamor dos pobres se faz ecoar.

* Assistente Social, Presidente do Conselho Nacional do Laicato do Brasil, atua na Arquidiocese de Montes Claros pelo Projeto de Desenvolvimento Rural e Urbano (Proderur).

CNLB

cnlb.org.br

e-mail: secretaria.cnlb@gmail.com

conselhodeleigos

cnlb.nacional

laicatodobrasil